



cadeira do entendimento, a Justiça na cadeira da vontade, a Fortaleza na cadeira do apetite irascível e a Temperança na cadeira do apetite concupiscível.

Pensar o homem como um microcosmo, em seus aspectos também políticos, é uma das heranças renovadas do Estoicismo. Voelke (1993) explica que o objetivo da antiga medicina da alma estóica era atingir a saúde da alma, entendida como diretamente dependente da saúde do mundo, um organismo que possui o homem como parte integrante de si. Este, portanto, deve harmonizar seu desejo com um projeto cósmico, transmudando-o em vontade racional, que ultrapassa e engloba o indivíduo. Por exemplo, Guillaume Du Vair (1560-1621), em seu *Traité de la constance et de la consolation és calamités publiques*, de 1590, compara a tranquilidade da alma à paz do reino, que se conserva quando o Príncipe soberano ocupa seu lugar e mantém a ordem. O mesmo ocorreria no homem, no qual, o entendimento, a mais alta e soberana potência da alma, ocupa seu “trono” para governar toda a vida e todas as ações.

Nobert Elias (1939/1994) defende que, por mais que tenha havido um aumento na observação das paixões nas sociedades de corte europeias da Idade Moderna, com a consequente produção de toda uma literatura sobre o tema, a figura individual jamais fora artificialmente isolada do tecido de sua existência social.

Com efeito, muitos discursos elaborados para o uso no aconselhamento espiritual cada vez mais privado, como é o caso das práticas reformadas, não deixam de considerar os sofrimentos manifestos por causa ou por meio das fortes ligações ao corpo social. Por exemplo, segundo o pastor calvinista Charles Drelincourt (1595-1669), em *Les consolations de l'âme fidele, contre les frayeurs de la mort* (1663), da mesma maneira que teme as dores da separação entre o corpo e a alma, o homem teme a morte também por se considerar demais necessário ao mundo, vislumbrando uma perda irreparável à Igreja, ao Estado ou à família.

Entre os jesuítas não era muito diferente. Já nas regras inacianas, o problema da coesão de uma ordem religiosa em franco crescimento e expansão é tratado também por meio de uma aplicação da analogia da organicidade do corpo social, modernizando a ética política de Tomás de Aquino (Mateo, 2000). A figura de autoridade era pensada como a cabeça que rege a saúde do resto do corpo: “*Como el bien o mal ser de la cabeza redund a todo el cuerpo, summamente importa que la elección del prepósito general sea qual se dixo en la nona parte*” (Loyola, *Constituições*, citado por Iparraguirre, 1952, p. 560).

Os seguidores de Inácio de Loyola aplicavam a analogia nos mais diversos campos de atuação da Companhia. Assim, afirmava-se também que o médico de almas desempenha a função de “cabeça” de um “corpo”. E todo aquele que assume o lugar de cabeça deve dar provas morais de que há algo que o autoriza a ocupar esse lugar. Ele é o responsável pelo discernimento, pelo juízo, pela razão, saúde e felicidade do corpo sob seu comando. Esse corpo, por sua vez, pode ser tanto o individual como o coletivo.



ter uma direção essencialmente espanhola, mas ao conhecê-la melhor, acaba tornando-se um grande admirador, chegando a afirmar que se fosse religioso, seria um jesuíta. Richeome aproveita o ensejo pra reforçar que os jesuítas franceses não apenas lamentam a grande perda, mas são, acima de tudo, súditos leais à família real francesa.

Era lugar-comum afirmar que entristecer-se pela morte do rei bem amado é uma dívida a ser paga por todo súdito. Em *Palavra de Deus Empenhada, Sermão nas Exéquias da Rainha N.S.D. Maria Francisca de Sabóia*, pregado na Misericórdia da Bahia, em 11 de setembro de 1684, Vieira afirma que é dever demonstrar sentimento pela morte da rainha: “Na primeira veremos as grandes causas que tem a nossa dor na morte de sua Majestade, para chorar, como devemos. Na segunda, os grandes efeitos que deixou a mesma morte à nossa consolação, para enxugar as lágrimas” (Vieira, 1684/2001, p. 485).

O acadêmico Luis Semoens de Azevedo, na *Oração fúnebre no infeliz sucesso da morte do Senhor Dom Miguel*, fala explicitamente do pagamento de uma dívida:

Satisfaçamos-lhe esta dívida; por ser em nós tão grande obrigação de lha pagarmos, como de a sentirmos. E se tudo quanto se paga por força, se sente, forçosamente havemos de ficar sentidos com tantas lágrimas que lhe pagamos; andando tão pontuaes no sentimento, como correntes na paga deste choro (Azevedo, 1724, pp. 30-31).

Aliás, era uso comum aplicar metáforas e analogias em discursos fúnebres sinalizando que o corpo social chora a morte de seus soberanos e que o sentimento da perda é compartilhado por todos do reino. “Lágrimas de Portugal”, “pranto do Tejo” ou simplesmente “infeliz Portugal” e “ferida no coração de Portugal” são expressões presentes em títulos de obras fúnebres impressas em coleções ao longo do século XVIII, como, entre outras, a *Colleção fúnebre das obras impressas por ocasião da morte do sereníssimo Senhor Joseph, príncipe do Brazil*, publicada em Lisboa, em 1788.

Males da alma, males do corpo social

A analogia entre da medicina da alma individual e do corpo social permitia várias combinações conforme a plasticidade do símbolo: desde a arte e os procedimentos da consolação estendidos metaforicamente ao todo de uma cidade que sofre por estar mal governada, no mínimo, na qualidade de aviso; passando pela ênfase nos lugares hierárquicos como recurso retórico para o reforço do argumento consolatório tanto do coletivo como do individual submetido a essa mesma ordem suposta transcender o indivíduo e ordenar os membros num só corpo social, chegando até mesmo a mover a dor do luto e o pranto coletivo, no sentido de tentar fortalecer ou mesmo restaurar os laços afetivos e simbólicos pressupostos nesta mesma analogia organicista, tão conveniente ao sistema monárquico.

